

São Luís, sábado e domingo, 31 de julho e 1º de agosto

MODERNIZAÇÃO

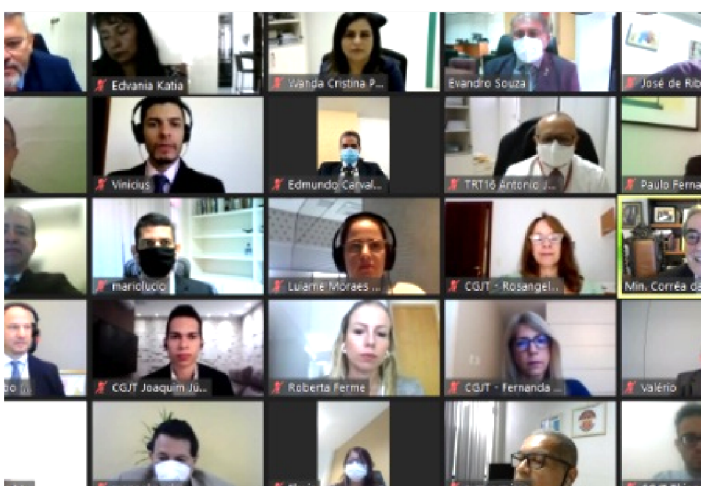
Desafios da Justiça do Trabalho na pandemia

PATRÍCIA CUNHA
Fotos: reprodução

Um vírus que mudou a forma de ver o mundo. O ano era 2020 e o mundo se viu em meio a uma crise sanitária, tendo de combater um mal que ninguém sabia ainda o que era; tendo que se adaptar, se adequar, se reestabelecer frente às mudanças que a pandemia causada pelo novo coronavírus se impuseram, tendo que lutar para manter a vida ativa. Em todas as áreas, economia, educação, saúde, cultura, trabalho, e claro, a justiça, foram necessários criar mecanismos para que o mundo não parasse completamente, quando se trata de, especialmente entre outros problemas difíceis de serem resolvidos, conflitos no campo do trabalho.

Nesse contexto desafiador, e diante dos obstáculos, a Justiça do Trabalho tem atuado para cumprir o seu papel de solução dos conflitos decorrentes das relações de trabalho. No Maranhão, a Justiça do Trabalho da 16ª Região, assim como em todo o país, não parou. Ainda no dia 1º de junho de 2020 quando a capital saía de um estado de lockdown, com a suspensão de serviços e atividades não essenciais para conter a transmissão do vírus, a 1ª Vara do Trabalho (VT) de São Luís foi a primeira a realizar audiências por meio do sistema que permite a utilização de vídeo e áudio. As audiências foram realizadas por meio da plataforma Google Meet, conforme determinou o Ato do Gabinete da Presidência nº 005/2020, de 8 de maio de 2020, que regulamentou a realização de audiências por videoconferência nas unidades da primeira instância da 16ª Região (MA).

Com a suspensão do trabalho presencial no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho e varas trabalhistas, o sistema de trabalho remoto em toda a jurisdição foi a forma encontrada para não deixar que a justiça cumprisse o papel de se aproximar da sociedade ao assegurar o acesso ao Judiciário. No dia 19 de março, completou um ano desde que a Justiça do Trabalho suspendeu as atividades presenciais, com exceção dos serviços essenciais.



A partir daí a realização das sessões telepresenciais foi considerada um marco histórico diante do desafio de manter a Justiça do Trabalho funcionando em tempos de pandemia, a fim de possibilitar a retomada dos julgamentos sem comprometimento das medidas de distanciamento social.

O desembargador José Evandro de Souza, vice-presidente e corregedor do TRT-MA e presidente da 1ª Turma disse na ocasião que “essa ferramenta que está sendo utilizada hoje, será utilizada para sempre. Tenho convicção de que esse novo normal vai ser muito bom para a Justiça do Trabalho e vai facilitar muito a vida de quem a procura”. A partir de 2021, a Justiça do Trabalho instituiu a plataforma Zoom como sistema oficial para videoconferências, audiências e sessões telepresenciais de julgamento.

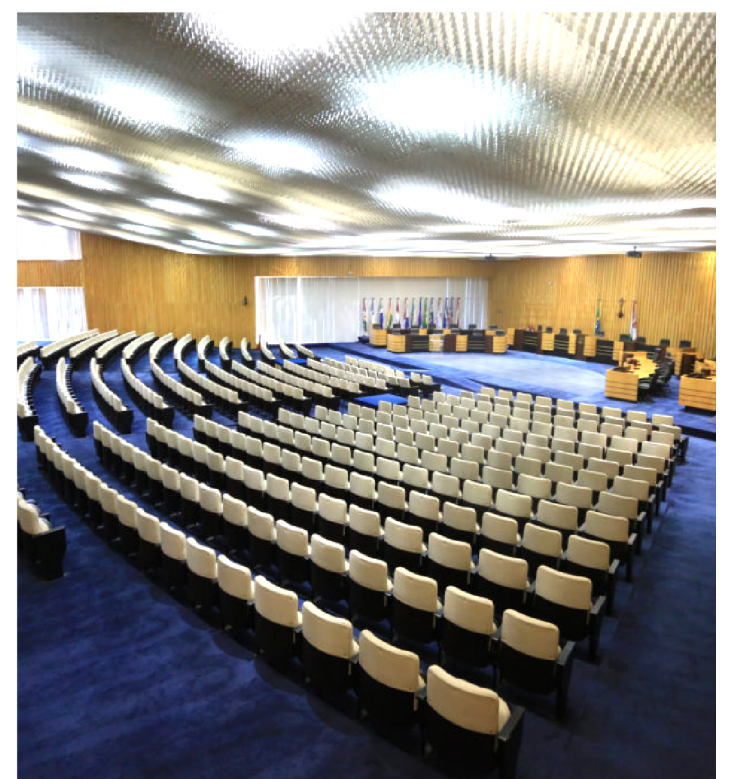
Essa ferramenta que está sendo utilizada hoje, será utilizada para sempre. Tenho convicção de que esse novo normal vai ser muito bom para a Justiça do Trabalho e vai facilitar muito a vida de quem a procura

Mais de 1 milhão de atos processuais

A produtividade da Justiça do Trabalho, mesmo de forma remota, não pareceu prejudicada diante da suspensão das atividades presenciais, conforme demonstram os números do relatório da Coordenadoria de Gestão Estratégica, Estatística e Pesquisa (CGEEP). De 13 de março de 2020 a 25 de julho de 2021 a Justiça do Trabalho no Maranhão contabilizou, até o dia 25 de julho, 1 milhão, 371 mil e 710 atos processuais em trabalho remoto, o que corresponde a: 52.685 sentenças; 77.253 decisões; 19.141 acórdãos; 223.805 despachos; 21.414 alvarás; 22.779 processos baixados na fase de execução; 13.053 penhoras online; e 941.580 documentos juntados aos autos por servidores.

De acordo com a assessoria de comunicação da Justiça do Trabalho da 16ª Região, uma das razões para que a produtividade tenha se mantido, mesmo com as medidas restritivas, foi a facilidade de acesso aos autos. “O Selo 100% PJe, criado pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, buscou incentivar os 24 Tribunais Regionais do Trabalho a migrarem os processos físicos para o sistema eletrônico bem antes da pandemia. Com isso, em fevereiro de 2020, 97% dos processos físicos existen-

tes em toda a Justiça do Trabalho já haviam migrado para o sistema. Até o início de fevereiro de 2021, o número chegava a 98,7%”.



O Selo 100% PJe, criado pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, buscou incentivar os 24 Tribunais Regionais do Trabalho a migrarem os processos físicos para o sistema eletrônico bem antes da pandemia

O trabalho presencial no prédio-sede do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região (Maranhão) e Fórum Astolfo Serra (sede das Varas do Trabalho de São Luís) foi retomado no último dia 26 de julho, e irá cumprir as etapas do Plano de Ação para o Retorno Gradual com Segurança às Atividades Presenciais na Justiça do Trabalho no Maranhão, até que chegue a última etapa, com retorno integral das atividades presenciais de toda a jurisdição, condicionada à decisão expressa do presidente do Tribunal, mediante cenário favorável para adoção da medida.